

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A.

Rua 1536, nº 60, Andar 6 - Sala 601, Centro, Balneário Camboriú, SC, CEP:88.330-610.

CNPJ: 48.703.302/0001-52

Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.
- Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas em 30/09/2025 no site.

<https://finazo.com.br/>

A Diretoria da **FINAZO** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Jorny Brotto
Diretor ADM / Financeiro

Elias Fabricio
Borges Diretor
Operacional

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Jorny Brotto e Elias Fabricio Borges, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2025

Jorny Brotto
Diretor ADM / Financeiro

Elias Fabricio
Borges Diretor
Operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 48.703.302/0001-52
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

ATIVO		PASSIVO			
	NE	30/06/2025		NE	30/06/2025
CIRCULANTE		<u>1.311</u>	CIRCULANTE		<u>14</u>
Disponibilidades		1	Depósitos		0
Titulos e valores mobilizarios e livres		1.299	Outras obrigações	8	14
Titulos de Renda Fixa		21	Cobrança e Arrecadação		0
Cotas de fundo de renda fixa		1.278	Fiscais e previdenciárias		9
			Diversas		5
Operações de crédito		0			
Empréstimos		0			
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		0			
Outros créditos	6	11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	<u>1.313</u>
Diversos		11	Capital Social		2.400
			Capital		2.400
			Lucros/(Prejuízos) acumulados		-1.087
NÃO CIRCULANTE		<u>16</u>			
Imobilizado	7	16			
Outras Imobilizações de Uso		27			
(-) Depreciações Acumuladas		-11			
TOTAL DO ATIVO		1.327	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.327

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 48.703.302/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NE	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>57</u>
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	11	57
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>57</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-54</u>
Receitas de prestação de serviços		388
Outras despesas administrativas	12	-304
Despesas tributárias	13	-26
Despesas de Pessoal	14	-107
Outras Despesas Não operacionais		-5
RESULTADO OPERACIONAL		<u>3</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>3</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>-2</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		-1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		-1
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>1</u>
Lucro por ação		0,0004
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 48.703.302/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	30/06/2025
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>1</u>
Outros Resultados Abrangentes	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>1</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 48.703.302/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de Dezembro 2024	2.000	-	-	(1.088)	912
Capital	400	-	-	-	400
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	1	1
Saldos em 30 de junho 2025	2.400	-	-	(1.087)	1.313
Mutações do Exercício	400	-	-	1	401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 48.703.302/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
	30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	
1.1 Lucro/Prejuízo do período	1
1.2 Ajustes por Depreciação/Amortização	3
2. Variação de Ativos e Obrigações	-405
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-485
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	100
2.3 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-12
2.4 Aumento (Redução) Diversos	-8
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-401
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	400
5.1 Capital Social	400
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-1
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A., sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018.

Tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio; análise de crédito, inclusive para terceiros; cobrança de crédito, inclusive para terceiros, e cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. **FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A.**, avaliou os eventos subsequentes até o dia 29 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS QUE SERÃO ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, serão reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez serão registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352 do e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

A obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social será calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

j) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) **Teste de SPPJ**

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) **Reconhecimento de Receita**

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) **Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita**

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) **Provisão para Perdas Esperadas**

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) **Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros**

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
 - Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.
- Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os valores aplicados em relações títulos e valores mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2025
Títulos de Renda Fixa	1.299
Títulos de Renda Fixa	21
Cotas de Fundo De Renda Fixa	1.278

6. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de R\$ 111.530,37 em diversos é composto por impostos e contribuições à compensar.

	30/06/2025
Outros créditos	11
Impostos e Contribuições à compensar	7
Devedores Diversos - País	4

7. IMOBILIZADO DE USO

O ativo permanente da instituição no valor de 27 mil é composto por Móveis. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:

	30/06/2025
Imobilizado	16

Móveis e Equipamentos de Uso	27
(-) Depreciações/ Amortizações Acumuladas	(11)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2025
Outras obrigações	14
Fiscais e Previdenciárias	9
Diversas	5

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.400.000 (dois milhões) de ações ordinárias.

Lucros os Prejuízos Acumulados

A Instituição apresentou Prejuízo Acumulado no valor de R\$ **1.086.513,76**. mil no primeiro semestre de 2025.

10. RESULTADO COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição das rendas com títulos e valores mobiliários:

	06/2025
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	57
Renda de Aplicações em Fundos	57

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das outras despesas administrativas:

06/2025

Outras Despesas Administrativas	304
Água, energia e gás	2
Aluguéis	63
Comunicações	2
Processamento de dados	70
Despesas de Serviços de Terceiros	105
Despesas de Serviços Técnicos especializados	48
Despesas de Transporte	2
Outras Despesas Administrativas	8
Despesas de Depreciação	3
Outras despesas operacionais	1

12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das despesas tributárias:

06/2025

Despesas Tributárias	26
Tributos e Taxas	5
PIS	3
COFINS	18

13. DESPESAS DE PESSOAL

Abaixo a composição das despesas de pessoal:

06/2025

Despesas de Pessoal	107
Benefícios	6
Encargos Sociais	32
Proventos	69

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social, não obteve base positiva para recolhimento nesse primeiro semestre.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 85,66% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim período em R\$ 1.313.486,24.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da **FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A.**, em 29/08/2025.



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

30 de junho de 2025



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Balneário Camboriú - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FINAZO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com relatório emitido sem modificação de opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 18 de setembro de 2025.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME
LUIS
SILVA:812467499
04

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS
SILVA:812467499
ID: C=BR, O=CP-Brasil, OU=8067258700114,
OU=PRESENCIAL, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - PF, OU=RS e CPF: 812.467.499-
04, CN=BRANCO, OU=AG Instituto Fiscocon RFB,
C=BR, OU=GUILHERME LUIS SILVA:812467499-04,
E=, ou o autor deste documento
assinado.
Data: 2025.09.18 14:31:29 -0300
Fonte PDF: Reader Versão: 2025.2.0

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE